

CCG Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório da Administração

Mensagem da Administração

A CCG Participações S.A. faz parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica. O Grupo possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A Cultura do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

1. Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei no 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia.

2. Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade e no resultado do exercício.

Capacidade Financeira

A Companhia finaliza o ano de 2025 com R\$ 737.311,01 em caixa (R\$ 175.492,70 em 2024) concentrado em Caixa e equivalentes de caixa.

Performance do resultado

O resultado operacional apresentou uma redução de 352,74% quando comparado com o exercício de 2024, decorrente principalmente pela equivalência patrimonial que passou de R\$ 17.093.434,70 para R\$ (7.541.179,20).

As despesas administrativas totalizaram R\$ (1.987,77) em 2025 (R\$ (3.437,15) em 2024), apresentando uma redução de 72,91% em comparação com o exercício anterior.

O resultado financeiro totalizou R\$ (2.773,10) mil em 2025 (R\$ 1.102.146,64 milhão em 2024), apresentando uma redução de 39.844,21% em comparação com o exercício anterior.

O prejuízo líquido totalizou R\$ (7.541.179,20) milhões em 2025 em comparação ao lucro líquido de R\$ 19.059.354,70 milhões em 2024.

3. Perspectivas e planos da Administração para os exercícios seguintes

Para 2026, a Companhia tem como objetivo refinar seus processos internos, com foco na continuidade de seu desenvolvimento tecnológico e administrativo. A Administração planeja implementar iniciativas que visem aprimorar a eficiência de custos, garantindo simultaneamente a manutenção da qualidade assistencial e a acessibilidade aos cidadãos brasileiros. Além disso, será priorizada a capacidade da equipe e a adoção de inovações que contribuam para um atendimento mais eficaz e humanizado, alinhado às melhores práticas do setor de saúde. Essas ações visam fortalecer a posição da Companhia no mercado e promover um crescimento sustentável a longo prazo.



CCG Participações S.A.*Demonstrações financeiras individuais**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025***4. Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocado, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde**

No exercício de 2025, a Companhia investiu R\$ 24.000.000,00 milhões em 2025 (R\$ 8.000.000,00 milhões em 2024) em sociedades controladas. Este investimento foi utilizado principalmente para adequação do fluxo de centros médicos e hospitalares

5. Resumo dos acordos de acionistas

Não há acordo de acionistas para Companhia.

6. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Companhia dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a seus fornecedores.

7. Emissão de debêntures

A Companhia não emitiu debêntures no exercício de 2025.

8. Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Os investimentos citados no item 4 foram realizados para atender o funcionamento e atividades das empresas da qual participa do quadro societário com atuação na assistência médica dos clientes da operadora.

9. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Considerações finais

A Companhia, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2025 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
CCG PARTICIPACOES S.A.
Porto Alegre - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CCG PARTICIPACOES S.A. (Empresa)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CCG PARTICIPACOES S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 15 de maio de 2026.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9

Rafael Miranda de Figueiredo
Contador CRC – CE – 20.880/O-7

CCG Participações.*Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(Valores expressos em reais)*

		31 de dezembro de	
		2025	2024
	Notas		
Ativo			
Ativo circulante		963.935,52	391.061,40
Caixa e equivalentes de caixa	5	737.311,01	175.492,70
Tributos a recuperar	6	226.624,51	215.568,70
Ativo não circulante		330.845.197,18	314.974.006,91
Realizável a longo prazo		9.572,47	9.572,47
Depósitos judiciais		9.572,47	9.572,47
Investimentos	7	330.835.624,71	314.964.434,44
Total do ativo		331.809.132,70	315.365.068,31
Passivo			
Circulante		554.869,15	569.625,56
Salários e obrigações sociais			-
Tributos e encargos a recolher		11,16	2.951,64
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher		-	12.290,05
Outras contas pagar	8	553.207,00	553.207,00
Partes relacionadas		1.650,99	1.176,87
Patrimônio líquido		331.254.263,55	314.795.442,75
Capital social	9	529.209.742,52	512.209.742,52
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		7.000.000,00	-
Prejuízos acumulados		(204.955.478,97)	(197.414.299,77)
Total do passivo e patrimônio líquido		331.809.132,70	315.365.068,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

CCG Participações S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2024	2024
Despesas administrativas		(1.987,77)	(3.437,15)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(8.128.809,73)	17.093.434,70
Outras receitas operacionais	10	743.527,77	1.449.773,19
Resultado operacional		(7.387.269,73)	18.539.770,74
Receitas financeiras		3.419,00	1.105.495,59
Despesas financeiras		(6.192,10)	(3.348,95)
Resultado financeiro, líquido	11	(2.773,10)	1.102.146,64
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(7.390.042,83)	19.641.917,38
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(151.136,37)	(582.562,68)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(7.541.179,20)	19.059.354,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

CCG Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	31 de dezembro de	
	2025	2024
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(7.541.179,20)	19.059.354,7
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(7.541.179,20)	19.059.354,7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



CCG Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	512.209.742,52	-	(216.473.654,47)	295.736.088,05
Lucro líquido do exercício	-	-	19.059.354,70	19.059.354,70
Saldo em 31 de dezembro de 2024	512.209.742,52	-	(197.414.299,77)	314.795.442,75
Aumento de capital social	17.000.000,00	-	-	17.000.000,00-
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	7.000.000,00	-	7.000.000,00
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(7.541.179,20)	(7.541.179,20)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	529.209.742,52	7.000.000,00	(204.955.478,97)	331.254.263,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

CCG Participações S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa (método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(7.541.179,20)	19.059.354,70
Resultado de equivalência patrimonial	8.128.809,73	(17.093.434,70)
Receitas com aplicações financeiras	(519,20)	(793.891,35)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	151.136,37	582.562,68
	738.247,70	1.754.591,33
Variação dos ativos e passivos operacionais	(2.360,68)	(461.548,49)
Impostos a recuperar	(11.055,81)	(107.298,15)
Depósitos judiciais	-	(9.572,47)
Salários a pagar	-	(3.208,11)
Tributos e encargos sociais a recolher	(2.940,48)	2.951,64
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.161,49	-
Outras contas a pagar	-	(345.598,27)
Partes relacionadas	474,12	1.176,87
Caixa gerado pelas atividades operacionais	735.887,02	1.293.042,84
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(174.587,91)	(574.104,06)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	561.299,11	718.938,78
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de capital social - controlada	(17.000.000,00)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	(7.000.000,00)	(8.000.000,00)
Aplicações financeiras	-	(1.300.000,00)
Resgates aplicações financeiras	519,20	8.555.007,66
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(23.999.480,80)	(744.992,34)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	17.000.000,00	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	7.000.000,00	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	24.000.000,00	-
Aumento/(Redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa	561.818,31	(26.053,56)
Caixa e equivalentes de caixa – início do exercício	175.492,70	201.546,26
Caixa e equivalentes de caixa – final do exercício	737.311,01	175.492,70
Variação do caixa e equivalentes de caixa	561.818,31	(26.053,56)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A **CCG Participações S.A.** ("Compahia"), é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e controlada pela Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A., com sede em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, na Rua Vinte e Quatro de Outubro, nº 388, sala 601 - B, Bairro Moinhos do Vento. A Companhia foi constituída em 19 de dezembro de 2018 e tem por objetivo social a atividade de *holding* de instituições não-financeiras, como única e principal atividade.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de ações	(%) Participação
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	8.086.268.220	100,00%

2. Outros assuntos

2.1. Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia trabalha constantemente para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes de queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas



CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

demonstrações financeiras da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Em relação à regulamentação infraconstitucional, a Lei Complementar nº 214, oriunda do PLP 68/2024, foi sancionada em 16 de janeiro de 2025. Esta lei institui a CBS, o IBS e o IS, definindo fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas para determinados setores, além de formalizar a criação do Comitê Gestor do IBS.

Recentemente, o segundo pilar da regulamentação (PLP nº 108/2024), que dispõe sobre a gestão e administração do IBS e o funcionamento do Comitê Gestor, foi aprovado pelo Congresso Nacional ao final de 2025 e sancionado em 13 de janeiro de 2026, convertido na Lei Complementar nº 227/2026

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos, a partir do início do período de transição, serão mensurados conforme a implementação gradativa das alíquotas e regulamentações acessórias. Consequentemente, não há efeitos de mensuração decorrentes da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

3. Elaboração e apresentação das Demonstrações financeiras**3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.



CCG Participações S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)*

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 24 de abril de 2026.

3.2. Conversão de moeda estrangeira*Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas e de forma contínua pela Administração, e as revisões são reconhecidas perspectivamente no resultado do período em que são identificadas e em períodos futuros, quando aplicável.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais)

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. Determinados ativos e passivos financeiros são mensurados a valor justo a cada data de reporte, sendo as respectivas variações reconhecidas no resultado do período, conforme aplicável.

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a



CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins.

Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia.

4.2. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

4.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Tarifas bancárias;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação



CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais)

da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.4. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4.5. Investimentos - controladas

A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha saldo de R\$ 737.311,01 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 175.492,70 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Imposto de renda (IR) (i)	226.317,06	215.568,70
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) (i)	307,45	-
	226.624,51	215.568,70

- (i) Refere-se aos pagamentos das estimativas de IRPJ e CSLL e créditos decorrente de saldos negativos (IRPJ e CSLL), devidamente habilitados na Receita Federal, através das respectivas obrigações acessórias e que são utilizados para compensação de tributos.



CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

7. Investimento

Em 31 de dezembro de 2025, o investimento no Centro Clínico Gaúcho Ltda. totalizava R\$ 330.835.624,71 (R\$ 314.964.434,44 em 31 de dezembro de 2024), sendo avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A movimentação do investimento da Companhia ocorreu da seguinte forma:

	Centro Clínico Gaúcho Ltda
Saldo em 31 de dezembro de 2023	289.870.999,74
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	8.000.000,00
Equivalência patrimonial do exercício	17.093.434,70
Saldo em 31 de dezembro de 2024	314.964.434,44
Aumento de capital social	17.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	7.000.000,00
Equivalência patrimonial do exercício	(8.128.809,73)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	330.835.624,71

A companhia aplica em sua contabilidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as mesmas práticas são aplicadas a sua controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda. No entanto, a controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda. é uma operadora de plano de saúde e está sujeita as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que é seu órgão regulador. A ANS determina algumas regras e/ou critérios contábeis que são diferentes em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras da Companhia.

A controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda., prepara suas demonstrações financeiras seguindo as regras e/ou critérios definidos pela ANS. A seguir apresentamos a reconciliação do patrimônio líquido:

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo do patrimônio líquido (gaap ANS)	303.259.804,06	299.103.435,75
Diferença de critério – Provisão para crédito de liquidação duvidosa	27.575.820,65	15.860.998,69
Saldo do patrimônio líquido (gaap CPC/IFRS)	330.835.624,71	314.964.434,44

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

8. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de outros contas a pagar totalizava R\$ 553.207,00 (R\$ 553.207,00 em 31 de dezembro de 2024), compostos por obrigações contratuais decorrentes da aquisição de carteira da operadora Multiclínicas Serviços de Saúde Ltda., realizada em agosto de 2021.

9. Patrimônio líquido
a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 529.209.742,52 (R\$ 512.209.742,52 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 8.086.268.220 ações ordinárias, sem valor nominal (8.069.268.220 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a acionista Casa de Saúde a Maternidade Santa Martha S.A., aprovou o aumento de capital de R\$ 17.000.000,00, mediante a subscrição e integralização de 17.000.000 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Ato societário	Qtde de ações	Valor da ação – R\$	Aumento de capital R\$
Assembleia Geral Extraordinária – 1 de dezembro de 2025	17.000.000	1,00	17.000.000,00
	17.000.000		17.000.000,00

10. Outras receitas e despesas

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de outras receitas e despesas totalizou R\$ 743.527,77 (R\$ 1.449.773,19 em 31 de dezembro de 2024), decorrente do ajuste de preço relacionado à venda do Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional (CGMO) que ocorreu em outubro de 2023.

11. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	519,20	739.978,86
Atualização monetária	2.899,80	365.516,73
	3.419,00	1.105.495,59
Despesas financeiras		
Taxas e tarifas bancárias	(6.192,10)	(3.348,95)
	(6.192,10)	(3.348,95)
Resultado financeiro, líquido	(2.773,10)	1.102.146,64

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em reais)

12. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	(7.390.042,83)	19.641.917,38
A alíquota fiscal de 34%	2.512.614,56	(6.678.251,91)
Equivalência patrimonial	(2.763.795,31)	5.811.733,80
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	75.058,45	259.955,43
Outras exclusões permanentes	24.985,93	23.966,00
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(151.136,37)	(582.562,68)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – Correntes	(151.136,37)	(582.562,68)
Alíquota efetiva	2%	-3%

* * *

Fernando Miguel Augusto
 Diretor de Contabilidade
 CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
 Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
 Gerente de Demonstrações Financeiras

